Sumário

Capítulo I
A Tutela de Urgência como um Direito Fundamental 11
I.1 De acordo com a sua evolução nos Direitos Internacional, Comunitário, Regional e Humanitário 11
I.2 Esse novo enfoque é autorizado pela evolução das medidas cautelares inominadas em nossa história 29
I.3 O STF, o poder geral de cautela quando exercitado pelo mesmo e sua posição diante das várias restrições legais impostas aos juízes e tribunais ordinários 37

Capítulo II
Limitações Gerais para a Concessão de Medidas Liminares em Matéria Tributária em Tutela Cautelar e em Tutela Antecipatória 51

Capítulo III
Limites Objetivos para a Concessão de Medidas Liminares em Matéria Tributária, em Tutela Cautelar 55
III.1 Previsão normativa das medidas liminares e da tutela cautelar 55
III.2 Pressupostos objetivos para a concessão de medidas liminares em tutela cautelar 56
III.2.1 Requisitos específicos para a concessão de medidas liminares em tutela cautelar 56
III.2.1.1 O *periculum in mora* 56
III.2.1.2 O *fumus boni iuris* 59
III.3 Relevância do fundamento do pedido e possibilidade ampla da concessão *ex officio* da tutela cautelar em forma de liminar 63
III.4 Relevância do fundamento do pedido, *fumus boni iuris e periculum in mora* – À guisa de conclusão 67
III.5 *Periculum in mora* inverso 68
III.5.1 *Periculum in mora* inverso e grave lesão à ordem pública 70
III.6 Requisito especial consubstanciado no art. 804 do CPC 73

Capítulo IV
Limites à Discricionariedade do Magistrado na Apreciação da Medida Liminar 77

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Capítulo V
Fundamentação e Motivação do Pronunciamento Judicial Relativo às Medidas Liminares 81

Capítulo VI
Medida Liminar em Tutela Antecipatória 85

Capítulo VII
Natureza Jurídica Específica das Medidas Liminares e Possibilidade de Satisfatividade Intrínseca 89
VII.1 *Fumus boni iuris* como elemento de ligação entre o conteúdo cautelar e o *meritum causae* 90

Capítulo VIII
O Microssistema de Proibições à Concessão de Medidas Liminares e Antecipações de Tutela contra o Poder Público 95

Capítulo IX
Reversibilidade Absoluta do Provimento Cautelar 111

Capítulo X
Do Descumprimento da Ordem Liminar 115

Capítulo XI
Depósitos Judiciais em Matéria Tributária 121
XI.1 Principais aspectos dos depósitos judiciais em matéria tributária 122
XI.1.1 Do amplo direito do contribuinte de depositar judicialmente o valor do *quantum* tributário em discussão 122
XI.1.1.1 Natureza jurídica do depósito judicial tributário 126
XI.1.1.2 Efetividade, suficiência e forma do depósito judicial tributário – A Súmula nº 112 do STJ 134
XI.1.1.3 Possibilidade de depósito judicial em matéria tributária independente da ação cautelar ou da providência cautelar ínsita no mandado de segurança 136
XI.1.1.4 Competência jurisdicional incidental para apreciação de medidas liminares e depósitos judiciais em matéria tributária 137

Capítulo XII
Vinculação de Competência Jurisdicional entre a Ação Cautelar Preparatória e a Ação Principal 139

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Capítulo XIII
Levantamento de Depósitos Judiciais e Subsistência Circunstancial e Temporal da Medida Cautelar de Depósito 141
XIII.1 Levantamento de depósitos judiciais 141
XIII.1.1 Levantamento dos depósitos judiciais e conversão em renda da Fazenda Pública 144
XIII.1.2 Condenação em honorários advocatícios e custas processuais 146
XIII.1.3 Subsistência circunstancial e temporal da medida cautelar de depósito 149

Capítulo XIV
Dos Efeitos da Cassação ou da Revogação da Medida Liminar em Matéria Tributária 151

Capítulo XV
Medidas Liminares Deferidas sem Exigência de Caução 157

Capítulo XVI
Da Compensação em Matéria Tributária 163
XVI.1 Da inaplicabilidade do instituto da compensação em sede cautelar e antecipatória 163
XVI.2 O art. 74, §§6º, 9º e 10 da Lei nº 9.430/96 170

Capítulo XVII
Coisa Julgada em Matéria Tributária 173

Capítulo XVIII
Conclusões 185

Referências 195

Sobre os Autores 203

Índice de Assuntos 213

Índice da Legislação 215

Índice Onomástico 219

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br